

APRENDER AO LONGO DA VIDA — direito humano, direito social e subjetivo, formação política: (inter)faces da educação no Brasil e no mundo

*Jane Paiva
María del Carmen Lorenzatti
Stéphanie Gasse*

Resumo

O que pode significar, na contemporaneidade, o direito à educação de jovens, adultos e idosos? É direito de todos? Qual a relação entre educação como direito social, político, subjetivo e educação como direito humano fundamental? Como se constituem (inter)faces do aprender em processos educativos? O que significa direito à educação diante de questões / problemáticas de responsabilidade social e ambiental: educação no pluralismo e na diversidade; respeito a diferenças — de gênero, etárias, étnico-raciais; educação intercultural; educação e desenvolvimento sustentável; educação, conhecimento local e saberes endógenos; educação inclusiva? Fundamentos para pensar políticas de educação interseccionais para jovens, adultos e idosos — de gênero, antirracistas, sem etarismo, não transfóbicas, não xenofóbicas, de não violência etc. — interculturais, saudáveis, humanizadoras voltadas a pessoas com conhecimentos e saberes e que aprendem ao longo da vida. Formação cultural, política, humana e educação. Direito à educação em contextos plurais e currículos emancipatórios.

Palavras-chave: direito à educação de jovens, adultos e idosos; (inter)faces do aprender; políticas de educação interseccionais para jovens, adultos e idosos; contextos plurais e currículos emancipatórios.

EL APRENDIZAJE PERMANENTE — derechos humanos, derechos sociales y subjetivos, formación política: (inter)faces de la educación en Brasil y el mundo

Resumen

¿Qué significa hoy el derecho a la educación de jóvenes, adultos y ancianos? ¿Es un derecho de todos? ¿Cuál es la relación entre la educación como derecho social, político y subjetivo y la educación como derecho humano fundamental? ¿Cómo se constituyen las (inter)faces del aprendizaje en los procesos educativos? ¿Qué significa el derecho a la educación frente a temas/problemas de responsabilidad social y ambiental: educación en el pluralismo y la diversidad; respeto a las diferencias -de género, edad, étnico-raciales; educación intercultural; educación y desarrollo sostenible; educación, conocimientos locales y saberes endógenos; educación inclusiva? Fundamentos para pensar políticas educativas interseccionales para jóvenes, adultos y mayores - de género, antirracista, no etnocéntrica, no transfóbica, no xenófoba, no violenta, etc. - interculturales, saludables y humanizadora orientadas a personas con conocimientos y saberes y que aprenden a lo largo de su vida. Formación cultural, política, humana y educación. Derecho a la educación en contextos plurales y currículos emancipadores.

Palabras claves: derecho a la educación de jóvenes, adultos y adultos mayores; (inter)faces del aprendizaje; políticas de educación interseccionales para jóvenes, adultos y adultos mayores; contextos plurales y currículos emancipatorios.

APPRENTISSAGE TOUT AU LONG DE LA VIE

— droits de l'homme, droits sociaux et subjectifs, formation politique : (inter)faces de l'éducation au Brésil et dans le monde

Resumée

Qu'est-ce que le droit à l'éducation des jeunes, des adultes et des personnes âgées peut signifier dans la contemporanéité ? Est-ce un droit pour tous ? Quelle est la relation entre l'éducation en tant que droit social, politique, subjectif et l'éducation en tant que droit humain fondamental ? Comment se constituent les interfaces d'apprentissage dans les processus éducatifs ? Qu'est-ce que le droit à l'éducation face aux questions / problématiques de responsabilité sociale et environnementale : éducation dans le pluralisme et la diversité ; respect des différences - de genre, d'âge, ethno-raciales ; éducation interculturelle ; éducation et développement durable ; éducation, savoir local et connaissances endogènes ; éducation inclusive ? Fondements pour penser des politiques d'éducation intersectionnelles pour les jeunes, les adultes et les personnes âgées — de genre, antiracistes, contre l'âgisme, non transphobes, non xénophobes, non violentes, etc. — interculturelles, saines, humanisantes axées sur les personnes avec des connaissances et des savoirs et qui apprennent tout au long de la vie. Formation culturelle, politique, humaine et éducation. Droit à l'éducation dans des contextes pluriels et des curricula émancipateurs.

Mots clés: droit à l'éducation des jeunes, des adultes et des personnes âgées ; (inter)faces de l'apprentissage ; politiques d'éducation intersectionnelles pour les jeunes, les adultes et les personnes âgées ; contextes pluriels et curricula émancipateur.

ANOTAÇÕES INICIAIS

Da chamada da seção temática que originou esse número de *Teias* derivou uma enorme quantidade de artigos, demonstrando o vigor e a robustez de pesquisadores no campo em foco. Nem todos os artigos, no entanto, chegaram a ser avaliados, mas certamente integrarão um conjunto de textos que serão publicados em demanda contínua, à medida que a aprovação for se dando.

A parceria de três pesquisadoras desse campo – do Brasil, da Argentina e da França – definiu a necessidade de interrogar, nesta seção temática, algumas questões preciosas para nós, cuja contemporaneidade é potente e a cada dia mais necessária. Compreender e refletir sobre os possíveis significados desses interrogantes desloca-nos como pesquisadoras e contribui para contextualizar, no tempo presente, o possível e imprescindível para populações imensas, cujo direito à educação não tem sido observado nem atendido para resguardar a dignidade humana de tantas pessoas diversas, cujos requerimentos se mostram cada vez mais exigentes para viver no mundo desigual a que chegamos.

Por estabelecermos parceria com a pesquisadora francesa, optamos por um resumo na língua de origem, em vez de manter o padrão da língua inglesa, habitual em *Teias*. A parceira argentina, de Córdoba, já estava contemplada com a segunda língua de resumo da Revista – pelo diálogo mais próximo que temos mantido no continente latino-americano, aproximando questões comuns ao campo da educação de jovens, adultos e idosos.

Então, iniciamos a seção temática questionando o que pode significar, na contemporaneidade, o *direito à educação de jovens, adultos e idosos*? É direito de todos? Qual a relação entre educação como direito social, político, subjetivo e educação como direito humano fundamental? Como se constituem (inter)faces do *aprender* em processos educativos? O que significa direito à educação diante de questões / problemáticas de responsabilidade social e ambiental: educação no pluralismo e na diversidade; respeito a diferenças — de gênero, etárias,

étnico-raciais; educação intercultural; educação e desenvolvimento sustentável; educação, conhecimento local e saberes endógenos; educação inclusiva?

Com este rol de questões problematizadoras exigentes de reflexões e compreensões, acionar autores, epistemologias e recriar fundamentos próprios do continente que habitamos — como revelações de nosso estar no mundo e (bem) viver nossos tempos atuais e ancestrais, no bojo da história que nos constituiu e nos levou a pensar um marco teórico decolonial - se faz inexorável e complexo, para que nossas expressões identitárias possam prevalecer *in totum*.

Assim, a presente seção temática, ao agrupar artigos que fundamentam a necessidade de pensar práticas e políticas de educação interseccionais para jovens, adultos e idosos — que incluem gênero, ações antirracistas, sem etarismo, não transfóbicas, não xenofóbicas, de não violência etc. — leva-nos a compreender perspectivas interculturais, saudáveis, humanizadoras voltadas a atender pessoas com conhecimentos e saberes e que aprendem ao longo da vida. Rememora Paulo Freire que defendeu, sempre, que educação não prescinde de formação cultural, política e humana. E que só se faz direito à educação para todos em ambientes democráticos (não se pode ser autoritário hoje para ser democrático amanhã, porque a democracia exige prática cotidiana), o que envolve contextos plurais e, se em ambientes escolares, currículos emancipatórios.

Os 27 artigos que apresentamos estão organizados em seis eixos, à escolha das editoras convidadas. Dialogam entre si, mas, também, de algum modo, com o ensaio publicado no presente número, e com demais artigos de demanda contínua, que afluem à Revista intensamente, denotando a qualidade do periódico, pelo interesse que desperta. As editoras esperam que a organização feita auxilie a leitura desse número de *Teias* e contribua para muitas novas reflexões.

Primeiro eixo

O primeiro eixo se organizou a partir da poderosa interrogação presente na chamada: o que pode significar, na contemporaneidade, o *direito à educação de jovens, adultos e idosos*? E a partir dessa interrogação observaremos, em cinco artigos, perspectivas filosóficas, epistemológicas e sentidos de políticas e acordos internacionais e nacionais que orientam o pensar *direito* na contemporaneidade e revelam o conhecimento produzido e disponível no campo.

Francisco Canindé da Silva, em *Aprender por toda a vida: da redistribuição ao reconhecimento* reflete, em compreensão gnosiológica de que se aprende por toda a vida em diferentes *espaçotempos* educativos, reconhecidamente a partir da condição humana de inacabamento, inconclusão e incompletude. Aborda concepções que vêm constituindo o fundamento filosófico do aprender por toda a vida, com ênfase na ideia de redistribuição social e reconhecimento cultural, enquanto discussão balizadora que desafia, no tempo presente, o trabalho político e pedagógico de educadores da EJA.

O segundo artigo, *A aprendizagem/educação ao longo da vida como base filosófica para propostas de emancipação*, de Bruno Joaquim e Lucila Pesce, aborda a aprendizagem/educação ao longo da vida como base filosófica para subsidiar propostas de emancipação nos contextos de educação de jovens e adultos. Exploram contribuições teóricas freireanas e decoloniais para repensar a EJA, confrontando a colonialidade do saber. Compreendem o conceito de aprendizagem/educação ao longo da vida como filosofia da educação, respaldando-se em alguns princípios para repensar a natureza, a finalidade e o impacto da educação na formação humana, considerando transformações históricas, jogos de poder, direito à educação e condição material e subjetiva do ser.

Em seguida, Rogério Teixeira de Oliveira e Márcia Cristina Rodrigues Cova discutem *A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015)* e *o marco de ação de Marraquexe (2022): estagnações e avanços na política internacional de educação de jovens e adultos*. Analisam a política internacional de educação de jovens e adultos,

entendendo serem as Conferências Internacionais sobre Educação de Adultos (CONFINTEAs) espaços políticos fundamentais para avançar na efetivação da educação de jovens e adultos como direito de todas e todos.

No artigo *O que mudou na educação de jovens e adultos no Brasil pós-ditadura? Entre o direito proclamado e o financiamento sistematicamente negado*, Bárbara Fernanda de Freitas e José Marcelino de Rezende Pinto revisitam o histórico de políticas voltadas à EJA a partir do processo de redemocratização, iniciado em 1985, e chegam até os dias atuais, o que permitiu reforçar o entendimento de que a subalternidade da modalidade é atravessada, substancialmente, pela falta de financiamento adequado.

Por fim, neste eixo, Maria Soraia Dias Sousa e Gustavo Cunha de Araújo apresentam no artigo *Estado da arte sobre dissertações e teses acerca da arte na EJA: 2002 a 2023*, observando que a arte emerge como um componente crucial ao transcender fronteiras tradicionais da aprendizagem, e oferecer um meio de expressão e desenvolvimento pessoal. Constatam que há escassez de produção acadêmica sobre arte na EJA, na região Norte, principalmente no estado do Tocantins, o que exige apoiar pesquisas com esse tema.

Segundo eixo

O eixo 2 organizou-se com três artigos em torno do princípio da dignidade humana e vulnerabilidade, incluindo concepções de ética da alteridade, responsabilidade política e social na proteção de pessoas vulneráveis e da própria dignidade humana – conteúdo e princípio fundamental da Constituição brasileira de 1988.

José Elesbão Duarte Filho e Renato Pontes Costa discutem analiticamente conceitos já conhecidos no campo da EJA, com foco no pensamento freireano, em *Direito à educação, educação ao longo da vida e educação de jovens e adultos: reafirmação de conceitos em tempos de retrocessos de direitos*. Entendem a necessidade de reafirmação desses conceitos quando se propõe reconstruir direitos sistematicamente desmontados, englobando a heterogeneidade de sujeitos; a diversidade de demandas que atravessam a EJA; e a noção de educação ao longo da vida enquanto prática social que articula conhecimentos, saberes e experiências de vida dos educandos.

Em seguida, Vladimir Santos Vitovsky, relata, em *Luiz dá aula para juiz*, uma aula da disciplina *Proteção de vulneráveis* realizada no Curso de Formação de Juízes recém-empossados, cujo foco foi a Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O juiz formador chamou Luiz, pessoa em situação de rua, que habitava uma barraca em frente ao Fórum Criminal do Tribunal, para conversar com os novos juízes alunos, narrando sua trajetória e sua vivência na rua. O artigo pretendeu desvelar camadas que a iniciativa trouxe, do ponto de vista epistemológico, teórico, metodológico, conceitual e político.

O artigo terceiro desse eixo, *Sofrimento ético-político e interdição do direito à educação para jovens e adultos*, de Aline Cristina de Lima Dantas e Sonia Maria Schneider, resulta de pesquisa que objetivou compreender emoções e sentimentos relatados por pessoas que sofreram interdições ao direito à educação em qualquer fase de suas vidas, especificamente, no caso, de uma mulher negra e pobre, moradora de um Assentamento no estado do Rio de Janeiro. O estudo revelou o sofrimento provocado pela espoliação humana, afetando direitos fundamentais e a subjetividade da entrevistada. Permitiu concluir que a interdição ao direito à educação é um estado complexo que faz confluir o pensar, o sentir e as determinações sociais que resultam no não respeito à dignidade humana.

Terceiro eixo

O terceiro eixo agrupou perspectivas socioantropológicas e interseccionalidade, visando a compreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de abordagem integrada, levando em consideração o entrelaçamento das múltiplas facetas dos *status* sociais e das identidades nos sistemas de dominação de classe, raça, gênero, idade, entre outros, a fim de apreender efeitos produzidos nas experiências de indivíduos ou grupos sociais, situando-os em seus contextos.

Sete artigos integraram este terceiro eixo. Iniciamos com o texto *Analfabetos absolutos no Brasil. Quem são esses novos/velhos sujeitos?*, de Luiz Carlos Gil Esteves que, problematizando o conceito, disponibiliza ampla análise quantitativa de dados da PNAD Contínua - Educação 2022, desenhando um breve perfil desses chamados *analfabetos absolutos*, a partir das variáveis: localização, faixa etária, sexo e cor/raça. O autor relaciona a relevância do estudo ao momento em que o país se volta para a promulgação do futuro Plano Nacional de Educação (PNE 2024-2034), pela necessidade de levar ao conhecimento da sociedade características básicas acerca desses *analfabetos absolutos*, humanizando-os e, sobretudo, exigindo a empatia a que fazem jus no campo das políticas públicas educacionais das três esferas de governo.

O segundo artigo intitula-se *A presença da (de)colonialidade na educação de pessoas jovens, adultas e idosas*, das autoras Ana Luísa Zanon Alonso e Carmem Lúcia Eiterer decorrente de pesquisa de mestrado de natureza qualitativa com metodologia que desenvolveu oficinas de narrativas orais e escritas autobiográficas. As autoras discutem a relação entre os saberes de si e do mundo construídos ao longo da vida por educandos da EJA e suas experiências e aprendizagens escolares.

Um terceiro texto - *Sons da resistência: a influência da musicalidade na participação ativa de mulheres na capoeira* – tem como autoras Gleicivânia Eleutério de Oliveira e Nara Maria Forte Diogo Rocha, que investigaram desafios enfrentados por mulheres capoeiristas em busca por destaque e reconhecimento no contexto da capoeira, uma manifestação cultural afro-brasileira. O estudo revela a persistência de preconceitos em relação à participação feminina na capoeira, destacando a existência de relações de poder que permeiam diversos aspectos, como o corpo, o jogo e a musicalidade dentro das rodas.

O artigo seguinte, de Carla Betsabé Cotta Carrizo, Mariana Alejandra Tosolini e María Fernanda Delprato, segue a condição de educação de mulheres em busca do direito, em uma escola de EJA, na província de Córdoba, na Argentina. Em *El derecho a la educación de mujeres: la experiencia de una escuela de jóvenes y adultos*, as autoras, partindo de enfoque etnográfico, centram-se na experiência de uma instituição que funciona em um movimento social que desenvolve suas atividades no centro da cidade. A análise se realiza com enfoque qualitativo, propondo hibridização entre a perspectiva socioantropológica e a interseccional para compreender sujeitos e contextos em uma experiência de desigualdade e de resistência.

Em *Educação das relações étnico-raciais na EJA campo: itinerários possíveis*, Rosiane Souza Santos e Idalina Souza Mascarenhas Borghi, junto a professores de uma escola do campo, refletem itinerários possíveis para trabalhar a educação das relações étnico-raciais. O trabalho revelou que quando os professores abordam nas aulas a religião de matriz africana, o fazem sem planejamento; e que estudantes apresentam resistência; ainda assim, os docentes veem, como possibilidades, que se mantêm vivas a cultura e a tradição africana nas comunidades camponesas.

Olga Mara Bueno e Rita de Cássia da Silva Oliveira são as autoras do artigo seguinte: *Educação de jovens e adultos: desafios à educação inclusiva*, que trata da política educacional e da educação inclusiva de pessoas com deficiência na educação de jovens e adultos no Brasil. Trazem reflexões

contributivas à problematização de políticas de educação inclusiva para essas pessoas na contemporaneidade.

No último artigo desse eixo, *Conciliação entre educação e maternidade: trajetórias escolares de mulheres da EJA na Maré/RJ*, as autoras Rosilaine Gonçalves da Fonseca e Eliane Ribeiro Andrade discutem, com base em resultados de pesquisa, como mulheres mães conciliam estudos e maternidade na vida cotidiana, e como constroem estratégias, suportes e apoios que permitem a elas ampliar a escolaridade. O estudo transita pelo debate que aproxima gênero dos campos da educação, do trabalho e de demais intersecções, buscando levantar elementos capazes de fornecer subsídios para a construção de políticas públicas que consolidem o direito à educação para todas as mulheres, como prevê a Constituição Federal.

Quarto eixo

Um quarto eixo se anuncia: teoria crítica do envelhecimento e reflexão sobre o papel social do idoso, buscando compreender como se forja o direito humano à educação dos idosos e sua articulação com a política educacional. Três artigos discutem a temática.

Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves, Mário César Barreto Moraes e Stella Margarida Betencourt da Câmara, em *O papel social da pessoa idosa: reflexões sob as lentes da teoria crítica do envelhecimento* desenvolveram o estudo visando compreender, por meio de uma pesquisa bibliográfica e descritiva e revisão de literatura integrativa, como a teoria crítica do envelhecimento pode contribuir para reflexões sobre o papel social da pessoa idosa. Em que pese a subjetivação que a teoria crítica do envelhecimento apresenta, os autores concluem que a contribuição principal da referida teoria para os estudos sobre envelhecimento e velhice pauta-se na proposição de uma abordagem humanística, voltada para a heterogeneidade e particularidades que toda e qualquer pessoa possui e, de igual forma, a pessoa idosa.

O segundo artigo do eixo - *O direito humano à educação para pessoas idosas: as bases legais do aprender ao longo da vida* – tem como autores Eduardo Adriano Oliveira Cortêz e Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões que abordaram o direito humano à educação da pessoa idosa e sua articulação com a política educacional. Chamam atenção para o processo de envelhecimento e transição no perfil da pirâmide etária que passaram a demandar, no Brasil, maior atenção à promoção de direitos sociais e à materialização de políticas públicas voltadas para idosos. Apresentam bases legais do direito à educação para a pessoa idosa, analisando normativas vigentes e suas alterações, demonstrando a fragilidade da previsão legal desse direito, por se caracterizarem as normativas pela generalidade, fragmentação e disfuncionalidade que impedem que sejam legitimadas como política pública específica.

Por fim, o terceiro e último artigo do mesmo eixo trata da *Educação popular, educação ao longo da vida e o letramento digital de pessoas idosas: entre eles e contradições*. Os autores André Luís Nunes dos Santos e Aline Maria Batista Machado tiveram como foco temático a ligação entre perspectivas da educação popular e da educação ao longo da vida com a prática social de pessoas idosas, voltando-se para debates acerca dos elos e das contradições encontradas nesta relação. A partir das análises, observaram que o letramento digital, aliado a perspectivas da educação popular e da educação ao longo da vida, pode contribuir positivamente para vivências sociais das pessoas idosas nas mais variadas esferas da sociedade.

Quinto eixo

O quinto eixo por nós definido reúne aprendizagem ao longo da vida; educação profissional; neoliberalismo e visa destacar concepções das políticas educacionais; a formação continuada; a educação profissional – todos os conceitos no contexto do neoliberalismo. Seis artigos integram o eixo, sendo o primeiro *A educação e a aprendizagem ao longo da vida chegam à LDB brasileira: o conceito por detrás do princípio*, de Marilda Merência Rodrigues e Jean Franco Mendes Calegari. O artigo discute matrizes históricas do conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida - que assumiu recentemente o *status* de princípio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do país - por meio de referenciais teóricos da análise documental. Os autores questionam os significados dessa inclusão na LDB e a reconhecem no mesmonexo histórico de outras reformas educacionais contemporâneas no Brasil.

O segundo artigo desse eixo trata a *BNCC e DOP's como instrumentos político-ideológicos das políticas educacionais da EJA*. Seus autores Máira Silva Nogueira, Emina Márcia Nery dos Santos e Anderson Madson Oliveira Maia analisam políticas educacionais que normatizam a educação de jovens e adultos a partir do período pós-golpe de 2016: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DOP's), de 2021. Concluem que as políticas investigadas limitam a formação crítica e o horizonte emancipatório de jovens e adultos, mantendo a lógica de dominação material e intelectual da classe trabalhadora e de seus filhos.

Na sequência, o artigo *Reflexão sobre a formação do docente para a EJA*, de Márcia Ciccí Romero e Sônia Maria dos Santos, teve como foco refletir sobre o papel da formação do docente para a educação de jovens e adultos nas campanhas de alfabetização. Os resultados apontam que, mesmo tendo existido várias campanhas e programas de alfabetização na história da educação de jovens e adultos, não houve preocupação com a formação inicial e continuada de professores de EJA, ou, quando se dava, estava voltada a ensinar pessoas leigas e estudantes da graduação para atuar nos projetos.

María Alejandra Bowman, em *Formación para el trabajo de jóvenes y adultos: agenda de inclusión en una universidad pública*, apresenta resultados de uma investigação qualitativa de corte etnográfico que estuda vinculações políticas e institucionais entre educação de pessoas jovens e adultas e a formação para o trabalho na cidade de Chilecito, província de La Rioja, Argentina. O artigo se dedica a analisar o *Programa Universitario de Oficios y de Formación Técnico-Profesional* implementado, desde 2022, na Universidad Nacional de Chilecito, uma experiência ancorada na perspectiva comunitária, direcionada a desenhar, organizar e implementar um dispositivo de formação para o trabalho sobre necessidades produtivas e demandas formativas locais, visando atender dificuldades de inclusão sociolaboral de pessoas trabalhadoras.

O artigo intitulado *Política de educação e currículo: trabalho e subjetivação de adultos 50+*, de Elizângela Farias de Oliveira, Ozerina Victor de Oliveira e Nadia Dumara Ruiz Silveira, problematiza a relação entre políticas de educação, currículo, envelhecimento e trabalho envolvendo indivíduos adultos 50+. As autoras analisam concepções de política de educação e de currículo da educação não formal em processos de subjetivação de pessoas da faixa etária de 50+, em situação de trabalho.

Karla Saraiva e Erinaldo Silva Oliveira são autores do texto *Aprendizagem infundável e perda de prestígio das instituições de ensino superior*, que teve o objetivo de analisar como sujeitos trabalhadores na atualidade são direcionados para uma constante renovação de habilidades, por meio de aprendizagem infundável. A empiria da pesquisa foi constituída por matérias do jornal Valor Econômico e entrevistas com quatro trabalhadores. Observam que há convergência entre enunciados presentes nas matérias do jornal e nas entrevistas, mostrando que a mídia e indivíduos

compartilham de um mesmo regime de verdade acerca de uma aprendizagem que capacita para o trabalho.

Sexto eixo

No último eixo, intitulado por nós de *eco de práticas*, reunimos artigos que desenvolveram investigações verificando se acontece a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida de sujeitos da EJA; como se dão processos de avaliação contextualizada e inclusiva da aprendizagem na EJA; e se há compromisso político nas ofertas, que atuem em favor de direitos educacionais de jovens, adultos e idosos.

Daniele Soares da Fonseca e Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni assinam o artigo *Compondo currículos nômades nos cotidianos escolares da educação de jovens e adultos*, parte de uma pesquisa em andamento com turmas dos anos finais da educação de jovens e adultos de uma escola pública da rede municipal que aposta na composição de currículos nômades, constituídos nos movimentos de corpos coletivos nos cotidianos escolares, como insurgências tecidas nos encontros, nos afetos e afecções desses corpos coletivos que potencializam a vida de estudantes da EJA.

Em *Qualidade de vida de alunos da educação de jovens e adultos e reflexos na aprendizagem*, três autoras - Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes, Silvana Coelho de Araújo Anunciação e Rosana Alves de Melo - analisam a qualidade de vida dos estudantes da educação de jovens e adultos e o reflexo na aprendizagem em duas escolas públicas municipais, em Juazeiro, Bahia (BA) e Petrolina, Pernambuco (PE). Os resultados dos *scores* de qualidade de vida evidenciaram que não houve correlação significativa com os baixos resultados de aprendizagem, ainda que os *scores* fossem baixos para qualidade de vida.

O último artigo do eixo - *Qualificação da avaliação na EJA: perspectivas de educadoras de biologia em contexto regional* – apresentado por André Henrique Schneeberger, Dilva Bertoldi Benvenuti e Ivo Dickmann - emerge de indagações exploradas durante investigação de pesquisa de mestrado e tem como temática a avaliação da aprendizagem na EJA. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco educadoras de biologia evidencia-se que, apesar de as educadoras não relacionarem a avaliação das aprendizagens com a aprendizagem, sugerem a criação de legislação específica para a modalidade; também sugerem que a avaliação seja reconhecida nas políticas educacionais; e que haja qualificação na formação docente, o que poderia contribuir no compromisso político com o direito à educação de pessoas jovens, adultas e idosas.

ANOTAÇÕES FINAIS

Por fim, mesmo sendo *ensaio*, mais um texto submetido à Revista *Teias*, intitulado *Educação física e educação de jovens, adultos e idosos: um ensaio para tornar-se outra coisa*, de Vitória da Silva Bemvenuto Bonifacio, José Augusto Dalmonte Malacarne e Luciana Marins Nogueira Peil, merece ser destacado nesta apresentação da seção temática. Decorre de pesquisa desenvolvida em um curso de especialização de universidade pública brasileira. Nele, os autores refletem sobre a educação de jovens, adultos e idosos e a educação física na contemporaneidade, pensando-as como direitos garantidos, respeitados e inegociáveis, apostando na possibilidade poética e política de *torná-las outras coisas*, como ensina a *Didática da invenção*, do poeta Manoel de Barros.

Boas leituras!

Submetido em maio de 2024

Informações das autoras

Jane Paiva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: janepaiva27@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3501-8740>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3049044829510326>

María del Carmen Lorenzatti
Universidad Nacional de Córdoba e Universidad Nacional de Chilecito (Argentina)
E-mail: maria.lorenzatti.320@unc.edu.ar – mlorenzatti@undec.edu.ar
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5556-6413>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9517575850001555>

Stéphanie Gasse
Laboratoire CIRNEF
Université de Rouen, Normandie, France
E-mail: Stephanie.gasse@univ-rouen.fr
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9803-1097>
Link CV: <https://cv.hal.science/gasse-stephanie>